

EM DIVERSAS CORES, EM VÁRIOS SABORES, A CULTURA ESTÁ NA MESA¹

Fernando Floriani Petry
Bolsista CAPES - doutorado
Universidade Federal de Santa Catarina
ferpetry@gmail.com

Resumo: Cultura é sabor. Cultura é cultura. Cultura é comida. Nesse artigo, apresento algumas discussões em torno do que é cultura, ou melhor, Cultura, na e para a *Revista do Livro*, publicada pelo Instituto Nacional do Livro, entre os anos de 1956 e 1970. O projeto político-literário da Revista envolve conceitos centrais para se pensar a época, desde o Nacionalismo Cultural até a popularização da cultura.

Palavras-Chave: Revista do Livro; Cultura; Nacional; Nacionalismo.

Abstract: Culture is flavor. Culture is culture. Culture is food. In this article, I present some discussions about what is culture, or rather, Culture, in and for the *Revista do Livro*, published by *Instituto Nacional do Livro*, between 1956 and 1970. The political-literary project involves concepts central to think about, like Cultural Nationalism until the popularization of the culture.

Keywords: Revista do Livro; Culture; National; Nationalism.

SOS

tem gente morrendo de medo
tem gente morrendo de esquistossomose
tem gente morrendo de hepatite meningite sífilite
tem gente morrendo de fome
tem gente morrendo por muitas coisas

nós, que não somos médicos, psiquiatras,
nem ao menos bons cristãos,
nos dedicamos a salvar pessoas
que, como nós,
sofrem de um mal misterioso:
o sufoco.

Chacal, *América*, 1975.

¹ Tom Zé. “Sabor de burrice”: veja que beleza / em diversas cores / veja que beleza / em vários sabores / a burrice está na mesa. In: *Grande Liquidação*, 1968. Lado B.

Cultura é ação, processo ou efeito de cultivar a terra. Cultura é civilização. Cultura é não cuspir no chão, nem para cima. cultura é esquistossomose. Cultura é uma palavra de origem complexa, passível de ser distinguida em três sentidos modernos principais, com base em suas raízes etimológicas, sendo o primeiro algo ligado à civilidade; o segundo, à civilização; e o terceiro, ao refinamento intelectual.² cultura é massa, Cultura é de massas. Cultura é de esquerda, direita, de centro. Cultura letrada. Cultura é um conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que são transmitidos geracionalmente a fim de garantir a perpetuação de um estado de coexistência social.³ Cultura analfabeta cultura é contra. Cultura é tudo. É nome de revista, de livro, de música. Cultura é nada. cultura é um belvedere. Um troço. Um míssil. Um fóssil. cultura é o preço da passagem. cultura é paupéria. Cultura é geleia. Geral. cultura é medula e osso. Ou seja, cultura é sufoco.

E nós, que não somos médicos, antropólogos, nem ao menos bons cristãos, “eu sou como sou / pronome / pessoal intransferível / do homem que iniciei / na medida do impossível”⁴, não nos deixei cair na tentação de tentar definir cultura.

Aqui se ensaia uma ideia de cultura. Ou melhor, aqui se ensaia que não se pode definir precisamente o que é cultura, ou Cultura, não ao menos sem ter um paradigma de sustentação, uma estrutura de análise. Na antropologia, o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo da civilização (leia-se: conjunto de aspectos peculiares à vida intelectual, artística, moral e material de uma época, região, país ou de uma sociedade). Já para o mercado, cultura é produto, finito, valorizável (principalmente se vier rotulado e com selo do Inmetro...).

Tomo, portanto, a cultura como uma forma de compreender como a cultura pode ser uma ferramenta de leitura dos diferentes movimentos e propostas na literatura e na vida (cultural) brasileira através da *Revista do Livro*. A proposta não é tentar definir o que é cultura, ou o que pode ser entendido por cultura. O desejo é ver como *isso* que é cultura auxilia na compreensão das disputas, das escolhas, das produções do período. Ou seja, o movimento é inverso, é compreender como atua *isso* que a revista chama de cultura.

Como recorte do vasto campo que se abre, optei por analisar alguns editoriais da *Revista do Livro*, analisar a proposta de cultura da revista como um contraponto a outras produções da época, através da leitura de poemas de Chacal, Waly Salomão, Torquato

² Eagleton. *A ideia de cultura*, p. 19.

³ Bosi. *Dialética da colonização*, p. 16.

⁴ Neto. “Cogito”, *Últimos dias de paupéria*. (Org. Waly Salomão), p. 23.

Neto; da análise de outros periódicos da época, como a revista *Cultura, Flor do Mal*, e da leitura de músicas de Tom Zé, Jorge Mautner.

Publicada a partir de 1956 pelo Instituto Nacional do Livro, a *Revista do Livro* perdura até o ano de 1970, com periodicidade trimestral e um total de 43 números. Em 2002, o projeto é retomado pelo Departamento Nacional do Livro,⁵ assim como é dada sequência à numeração da revista com uma periodicidade semestral. O último número lançado é o 54, referente ao primeiro semestre de 2011.

A frequência de publicação da revista é irregular. Há um lapso entre os anos de 1961 e 64 e também entre os anos de 1966 e 68. A frequente adoção da estratégia de publicar volumes correspondentes a números duplos mostra os esforços dos editores de manter a publicação em dia. Entre os anos de 1956 e 1961 foram publicados 24 números em 20 volumes. Em 1964 e 66 foram publicados mais 5 volumes, compreendendo 7 números; e entre 1968 e 70, 12 números em 12 volumes.

Há diversas hipóteses a fim de tentar explicar a existência dos lapsos de publicação da revista. O primeiro deles, entre 1961 e 1964 pode ser pensando a partir da renúncia de Janio Quadros e da instabilidade política pela qual o Estado, e conseqüentemente, o país atravessavam. Mudanças no quadro de funcionários do Instituto Nacional do Livro também auxiliam a pensar os lapsos de publicação da revista. Em 1961, o Diretor do Instituto era Augusto Meyer. Em 1964, o cargo está sob o nome de Pereira Caldas.⁶ 1961 é o ano de falecimento de Brito Broca, membro do conselho da revista desde 1957 e redator desde 1959.

⁵ O Instituto Nacional do Livro foi criado através do Decreto Lei nº 93, de 21.09.1937, integrando o Plano de Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, encabeçado pelo ministro Gustavo Capanema. Dentre as atribuições do Instituto, havia a tarefa de organizar e publicar o Dicionário da Língua Nacional, editar e reeditar obras raras e / ou de fundamental importância para a *cultura nacional*, além de “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional”. (cf. Decreto Lei nº 93, grifo meu.). Em 1990, durante o governo de Fernando Collor, o Instituto foi extinto, dando lugar ao Departamento Nacional do Livro, integrante do projeto de formação da Fundação Biblioteca Nacional. Há diversas controvérsias quanto à ampliação das atribuições da Biblioteca Nacional e quanto à duplicidade de órgãos, uma vez que o Ministério da Cultura conta também com o Departamento de Livro e Leitura, subordinado à Secretaria de Articulação Institucional. Porém, a retomada do projeto da revista em 2002 apenas valeu-se do nome, uma vez que nada recupera das edições anteriores. O novo projeto é de uma revista científica, com submissões abertas, corpo de pareceristas. Bem diferente do primeiro projeto da revista, no qual o cientificismo é pequeno em relação à intelectualidade; ou seja, no primeiro projeto há mais ensaios de opinião de intelectuais de relevância no cenário político, literário e cultural do país enquanto no segundo predomina a publicação de artigos resultantes de pesquisas científicas com clara filiação às Universidades, principalmente as do Rio de Janeiro.

⁶ Entre 1956 e 70, o Instituto trocou de diretor três vezes: José Renato Santos Pereira ficou no cargo entre 1956 e 61. Augusto Meyer assumiu em 1961 e passou o cargo ao General Umberto Peregrino em 1970. Peregrino permanece no cargo poucos meses. Ainda em 1970 quem assume a direção do INL é Maria Alice Barroso.

Mudanças na situação econômica do país pode ser outro fator que explana a existência dos lapsos da revista. Durante a década de 60, tivemos, no Brasil, a crise dos preços do papel, cuja feroz alavancagem gerou instabilidade no mercado editorial brasileiro. A revista *Anhembi*, por exemplo, encerrou suas atividades, dentre outros motivos, pelo alto custo do papel no início da década de 1960.⁷

O segundo lapso pode ser compreendido através de uma análise dos mesmos aspectos, tanto por questões de instabilidade e interferências políticas, quanto por questões econômicas. O Instituto Nacional do Livro não conseguiu, do governo ditatorial, o mesmo aporte financeiro e apoio político que teve durante o período de JK. Natural que a publicação da revista seja um dos primeiros cortes quando o Instituto teve seu orçamento reduzido, uma vez que ela não estava nas atribuições formais do INL. É esse, inclusive, um dos motivos do fim da revista em 1970.⁸

Com uma cara sisuda – projeto gráfico de Santa Rosa – a revista não leva a ideia do livro somente no título. Cada volume tem em média 320 páginas, formato de livro (26,7 cm x 18,8 cm), peso de livro e preço de livro. Entre 1956 e 1960 a revista custava Cr\$ 30,00. A partir do número 18 a revista passa a custar Cr\$ 50,00.⁹ A capa da revista, com exceção do primeiro volume, é sempre dividida em duas partes. Na parte superior, o título Revista do Livro em letras garrafais. Abaixo do título, em fonte menor, mas ainda caixa alta, a inscrição “órgão do Instituto Nacional do Livro”. Separado por um grosso traço e por uma diferença de cor, a parte inferior da capa apresenta sempre uma vinheta retirada de alguma obra rara. A vinheta que ilustra o número 9, de 1958, por exemplo, foi retirada da obra *Rudimenta Gramatices*, de autor desconhecido, publicada em Lisboa em 1553. Abaixo da vinheta, a inscrição “Ministério da Educação e Cultura”. Na lombada, a revista traz sempre a data de publicação (mês e ano), o número, e o título. Na contra capa apenas o brasão do INL e o valor de capa da revista.

A revista publicou diferentes tipos de textos com os mais variados assuntos na área da cultura. Ensaios, artigos, resenhas, epistolários, notícias, sobre literatura, cinema, música, teatro, ensino, dentre outros assuntos. Publicou também, em todos os números, textos

⁷ No editorial do último número da *Anhembi*, Paulo Duarte aponta os altos custos do papel como principal motivo para o encerramento das atividades da revista. Cf. Duarte. “Editorial”. *Revista Anhembi*, nº 132, 1961.

⁸ Ainda que o número 43, de 1970, não traga nenhuma referência sobre o encerramento das atividades da revista, é possível deduzir, através da análise da dotação orçamentária do INL, que o corte de verbas e o pequeno apoio intelectual e político fez com que a revista fosse suspensa. (Cf. Silva. *O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo*. 1992).

⁹ Preço de livro se levarmos em conta as publicações do próprio INL. Em 1954, o Instituto lança o *Linguagem. Introdução ao estudo da fala*, de Edward Sapir, comercializado por Cr\$ 45,00. Em 1955 publica a *Bibliografia de Machado de Assis*, de José Galante de Sousa, ao custo de Cr\$ 150,00, mesmo valor do *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Joaquim de Macedo. Por Cr\$ 50,00 a mais era vendido *A demanda do Santo Graal*, de Augusto Magne.

inéditos, tais como sonetos de Mello Nóbrega,¹⁰ contos de Almeida Garret.¹¹ Além dos inéditos, todos os números apresentam também a republicação de textos “esquecidos”, tais como cartas de Nabuco e Capistrano de Abreu a José Veríssimo,¹² ou as *Cartas da Corte*, de Carl Von Koseritz,¹³ ou ainda pareceres do Conservatório Dramático de Machado de Assis.¹⁴

Na apresentação do primeiro número, escrita por Clóvis Salgado, então Ministro da Educação e da Cultura,¹⁵ atribui-se à revista uma função catalisadora, congregando diferentes abordagens teóricas, diferentes opiniões, diferentes produções intelectuais. A *Revista do Livro* se apresenta como um vasto mosaico social, cultural e político. Este vasto mosaico social, cultural e político se confirma se olharmos a vasta lista de intelectuais que circulam pela revista e a variedade de textos e temas publicados, principalmente se levarmos em conta que as expressões *diferentes abordagens teóricas*, *diferentes opiniões* não se referem, necessariamente, a *todas* as abordagens teóricas, *todas* as opiniões. Porém, somente uma análise detalhada poderá verificar se a afirmação do Ministro Clóvis Salgado realmente se concretizou na revista ou se permaneceu no nível do discurso.

A apresentação de Clóvis Salgado continua falando da revista como “mais uma manifestação dos altos propósitos do governo em contribuir para o aprimoramento da cultura nacional” e, como órgão oficial do INL, com a proposta de ser “mais um veículo de difusão e um campo aberto ao debate de ideias, sugestões e planos que visem o [SIC] desenvolvimento cultural do nosso povo”¹⁶.

O debate de ideias, sugestões e planos para a literatura, para as artes e para a cultura em geral na revista é intenso. Mesmo não sendo a maioria dos textos da revista, há ensaios que chamam a atenção a aspectos práticos, a questões políticas, culturais, artísticas, debatendo, inclusive, o papel e a participação do governo em tais esferas. Já no primeiro número, Cavaleiro Lima assina o ensaio intitulado “Cinema, problema de Governo”,¹⁷ no qual tece longas considerações sobre o papel do cinema na difusão e democratização cultural, além de apresentar estudos comparativos sobre os aspectos culturais, políticos e econômicos do cinema enquanto mercado nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil. Cavaleiro Lima cobra enfaticamente do Governo Brasileiro uma intervenção no cinema

¹⁰ In: *Revista do Livro*, v. 5, n.º 7, 1957, p. 101-147.

¹¹ In: *Revista do Livro*, v. 1, n.º 1-2, p. 145-177.

¹² In: *Revista do Livro*, v. 3, n.º 5, 1957, p. 147-181.

¹³ In: *Revista do Livro*, v. 5, n.º 7, 1957, p. 149-177.

¹⁴ In: *Revista do Livro*, v.1, n.º 1-2, 1956, p. 178-192.

¹⁵ Salgado. [Ministro]. “Abertura”. *Revista do Livro*, p. 02.

¹⁶ Salgado. [Ministro]. “Abertura”. *Revista do Livro*, p. 02.

¹⁷ In: *Revista do Livro*, p. 58-71.

no país, além de uma reforma das leis que regem o mercado, dando maior proteção e incentivo a produção brasileira. O cinema volta ao debate no número 9 da revista, de 1958. Claudio Mello e Sousa, em seu ensaio “Tentativa de um cinema brasileiro”,¹⁸ a partir da análise do filme *Rio, zona norte*, comenta a ausência de uma “consciência da indústria [que é o] cinema”, ressaltando como a indústria do cinema pode ser uma produtora de divisas para o país. O debate acerca do tema reaparece no número 18, com o ensaio de José Lino Grünewald, “Cine-situação: vertentes”.¹⁹ Ainda que Grünewald faça uma análise mais teórica do cinema a partir de Lenine e Epstein, o autor não deixa de debater qual a *função* do cinema, se entretenimento ou arte. Esse debate é central para se pensar as políticas governamentais (ou a ausência de políticas) para o cinema.

A revista configura-se, portanto, e de acordo com as “previsões” do Ministro Clóvis Salgado, como um espaço para o debate público de ideias e planos da política cultural, literária, artística no Brasil. Se observamos a inserção dos textos que circularam pela *Revista do Livro* na historiografia literária, percebe-se a influência da revista no cenário intelectual. Por exemplo, o contato entre Erthos Albino e os irmãos Campos. Augusto de Campos, em depoimento em mesa redonda na exposição *Erthos Albino de Souza. Poesia: do dátilo ao dígito*, afirma que a primeira correspondência entre eles se deu através da leitura que Erthos havia feito do ensaio dos irmãos Campos acerca da obra de Sousândrade²⁰.

A partir dos editoriais da *Revista do Livro* é possível estabelecer um percurso na compreensão de cultura que o periódico circula. Desde o primeiro número, apresentado pelo então diretor do INL, José Renato Santos Pereira:

o plano geral da Revista do Livro compõe-se de cinco cadernos [...]. Os assuntos tratados em nossa publicação são naturalmente diversos, como convém a uma publicação deste tipo. Não nos preocupou atingir todos os ramos de atividade intelectual, que isto é função das enciclopédias. De qualquer forma, orientou-nos um desejo: imprimir à Revista um caráter sobretudo nacional, como é óbvio, em se tratando de uma publicação do Instituto Nacional do Livro. Tal não implica, como também é óbvio, exacerbação nacionalista, exclusivismo confinado, em se tratando de cultura nacional, pois que esta se interliga às correntes do pensamento universal.²¹

Da obviedade do caráter nacional à obviedade do não nacionalismo, o depoimento do diretor do INL apresenta categorias e conceitos fundamentais de serem pensados.

¹⁸ In: *Revista do Livro*, p. 221-228.

¹⁹ In: *Revista do Livro*, p. 25-50.

²⁰ Campos e Campos. “Sousândrade: o terremoto clandestino”. In: *Revista do Livro*, n. 25, 1968. O depoimento de Augusto foi citado por Oto Reifschneider, em seu artigo “Arte e invenção: materialidade do concreto”, in: *Revista Musa Rara*, 2012. Segundo Augusto, Erthos, após a leitura, lhe enviou correspondência questionando maiores detalhes sobre Sousândrade e se colocando a disposição para custear a edição de *ReVisão de Sousândrade*, dos irmãos Campos.

²¹ Pereira. “Depoimento”. In: *Revista do Livro*, p. 03.

Afinal, o que é *natural a uma publicação desse tipo*, de que tipo de publicação Pereira fala? A *Revista do Livro* é uma revista oficial, apresentada já em sua capa como “Órgão do Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultura”, publicada com financiamento e apoio institucional e estatal. Afirmar que é natural a uma revista oficial a publicação de assuntos naturalmente diversos é uma tentativa de (re)afirmar o viés democrático que se tenta imprimir à publicação. Os dizeres do Ministro Clóvis Salgado já apontavam nessa direção ao qualificar a revista enquanto um campo aberto ao debate. Afinal, recém-saído de um período de instabilidade política, com o fim do governo de Getúlio Vargas em 1954 – o Brasil teve, entre 24 de agosto de 1954 (data do suicídio de Vargas) e 31 de janeiro de 1956 (data da posse de Juscelino Kubitschek) nada menos que três presidentes – o Estado lançava mão de todas as estratégias possíveis a fim de fundamentar e consolidar o projeto de democratização de JK. Assim, é significativo que Pereira apoie o caráter nacional contra o nacionalismo e tente reintegrar a cultura nacional às correntes do pensamento universal, uma vez que se tentava reinserir o Brasil em um cenário mundial como um país democrático.

Assim, na defesa desse vigoroso processo de crescimento brasileiro, a revista surge na esteira da promoção nacional da cultura, como aponta Pereira, ainda em seu depoimento:

acreditamos orgulhosamente na cultura nacional, em sua presença pujante e em suas possibilidades concretas. Governo e intelectualidade devem unir-se no sentido de impulsionar o processo civilizador da nação jovem e palpitante de perspectivas imediatas. [...] Também estamos convencidos da necessidade de serem incorporados à nossa cultura milhões e milhões de brasileiros que não sabem ler nem escrever, primeiro passo para que a cultura no Brasil possa apoiar-se em sólidas e amplas bases de instrução pública e o país atinja a plenitude de sua independência política e econômica.²²

É importante notar que Pereira não fala da cultura em sua acepção mais universalista como a antropologia, grosso modo, a propõe, e sim se refere à cultura letrada, à produção intelectual brasileira. O processo civilizador pode ser pensado por esse viés. A revista não tem por claro objetivo alfabetizar a população ribeirinha do interior do Acre, e sim divulgar a cultura (letrada) nacional. A estratégia de Pereira, em seu depoimento, é chamar a intelectualidade para o projeto de pensar e formar essa *nação jovem e palpitante* chamada Brasil, é fazer com que a intelectualidade nacional abrace o projeto de independência, plenitude econômica do país, é chamar a atenção para o simples fato de que

²² Pereira. “Depoimento”. In: *Revista do Livro*, p. 03 - 04.

o país não pode se tornar democrático com milhões de analfabetos que não tem acesso à cultura nacional.

Raymond Williams, em seu livro *Palavras-Chave*, investiga parte dessa complexa história da noção de *cultura*, distinguindo alguns dos principais sentidos modernos da palavra. Dentre os sentidos apontados pelo autor, interessa-nos pensar que a palavra *cultura*, a partir do século XVIII, segundo Williams, torna-se sinônimo de *civilização*, no sentido de um processo geral de progresso intelectual, espiritual e material. Enquanto ideia de civilização, a cultura equipara-se significativamente com costumes e moral. Podemos aproximar essa noção de cultura para com o Iluminismo e seu culto de autodesenvolvimento secular e progressivo.²³

Podemos verificar que esse é o conceito apresentado por José Renato Santos Pereira, em seu “Depoimento”, ao afirmar que “acredita orgulhosamente na cultura nacional”, ao falar do processo civilizador que cabe tanto ao Governo quanto à Intelectualidade, além de apontar a necessidade de incorporar à cultura nacional alguns milhões de analfabetos a fim de espaldar o projeto nacional pós-Vargas. Ou seja, é função do Estado e da Intelectualidade promover a *cultura nacional*, e aqui podemos ler *Cultura Nacional*, com maiúsculas, a fim de erradicar o analfabetismo – elemento de aculturação – e civilizar a massa jovem brasileira.

Nesse processo de civilizar a massa nacional, da relação entre cultura e nacional, Terry Eagleton, em seu livro *A ideia de Cultura*, aponta que

é com nacionalistas românticos como Herder e Fichte que aflora pela primeira vez a ideia de uma cultura étnica distinta, com direitos políticos simplesmente em virtude dessa peculiaridade étnica; e a cultura é vital para o nacionalismo de maneira que, digamos, a luta de classes, os direitos civis ou o combate à fome não chegam a sê-lo. Segundo certa perspectiva, nacionalismo é aquilo que adapta vínculos primordiais a complexidades modernas. À medida que a nação pré-moderna dá lugar ao Estado-Nação moderno, a estrutura de papéis tradicionais já não pode manter a sociedade unida, e é a cultura, no sentido de ter em comum uma linguagem, herança, sistema educacional, valores compartilhados etc., que intervém como princípio de unidade social.²⁴

Ou seja, podemos verificar que é em sua proposta de civilizar através da cultura nacional que a *Revista do Livro* se estrutura e podemos ler, através dessa proposta, uma tentativa de promover o Estado-Nação, de promover a integração nacional através da nacionalização da cultura, ou da culturalização da nação. A promoção da *cultura nacional* visaria, portanto, a uma política estatal de unificação nacional, de promoção da nação.

²³ Williams. *Palavras-Chave*, p. 76-82.

²⁴ Eagleton. *A ideia de cultura*, p. 42.

Assim, a revista lança-se como órgão oficial do Instituto a fim de integrar um projeto mais amplo que visa valorizar a *cultura nacional*, civilizar jovens, culturalizar milhões e milhões de analfabetos, criar sólidas bases de instrução política para fundamentar a cultura brasileira para os brasileiros em busca da independência política e econômica. Ou seja, é o Estado-Nação tentando promover a cultura de modo a manter unida a sociedade em prol de um projeto político nacional. Eagleton, em seu já citado livro, analisando os diversos imbricamentos a partir de algumas noções de cultura nota que a relação entre cultura e poder é muito próxima, afinal,

nenhum poder político pode se manter satisfatoriamente por meio de pura e simples coerção. Ele perderá credibilidade ideológica demais e, assim, mostrar-se-á perigosamente vulnerável em tempos de crise. Porém, a fim de assegurar o consentimento daqueles que governa, precisa conhecê-los mais intimamente do que sob a forma de um conjunto de gráficos ou tabelas estatísticas. Já que a verdadeira autoridade envolve a internalização da lei, é na própria subjetividade humana, em toda a sua aparente liberdade e privacidade, que o poder procura se inculcar. [...] e nenhuma forma cognitiva é mais apta em mapear as complexidades do coração do que a cultura artística. É assim que, no transcorrer do século XIX, o romance realista se torna uma fonte de conhecimento social incomparavelmente mais vívida e complexa do que qualquer sociologia positivista. A alta cultura não é uma conspiração da classe dirigente; se ela por vezes cumpre essa função cognitiva, também pode, às vezes, frustrá-la. Todavia, obras de arte que parecem as mais inocentes no que diz respeito ao poder, na sua perseverante atenção aos impulsos do coração, podem servir ao poder precisamente por essa razão.²⁵

Ou seja, é através do domínio da cultura dos dominados que um poder político pode agir no controle social. É justamente essa a função da censura em tempos ditatoriais: *controlar a cultura*.²⁶

Aqui recuperamos o que Renato Cordeiro Gomes, em seu texto “Intelectuais e a cidade das letras”, do livro *O papel do Intelectual hoje*, fala sobre governo e ficção: “não se pode governar sem ficção, não se governa também por pura coerção, é necessário ter crenças para se governar e um dos papéis do Estado é fazer crer. É nesse contexto que entra o escritor”.²⁷

Assim, a revista propõe um combate à fragmentação moderna em uma proposta de politizar a cultura nacional a fim de promover o Brasil entre os brasileiros e também promover o Brasil “para fora”; afinal, como podemos perceber no depoimento de Pereira citado anteriormente, a cultura nacional se ligaria ao pensamento universal. Não é mera coincidência que o depoimento no primeiro número da revista venha justamente na edição

²⁵ Eagleton. *A ideia de cultura*, p. 76.

²⁶ É importante lembrar que o Instituto Nacional do Livro, em sua criação, agregou a função de censor dos livros e das publicações no Brasil. Por não ter exercido essas funções de maneira plena o governo Vargas criou o DIP, o Departamento de Imprensa, delegando-lhe a censura.

²⁷ Gomes. “Intelectuais e a cidade das letras”. In: Margato, I, Gomes, R. C. (org.) *O papel do intelectual hoje*, p. 125.

que comemora o “maior escritor brasileiro”, Machado de Assis. O que observamos, enfim, é que a *Revista do Livro* possui um projeto de promoção da *cultura nacional* e que esse projeto exerceu alguma influência na produção intelectual brasileira, tanto no âmbito da literatura quanto no da crítica literária.

É grande o reflexo e a influência da revista na produção intelectual brasileira do período. As marcas que a revista deixa são tão fortes que tem seu projeto retomado por um grupo significativo de intelectuais brasileiros.

O projeto de recuperação da *Revista do Livro* foi apresentado no primeiro volume, de 2002:

o presente volume representa a retomada do que foi um dos projetos editoriais mais bem-sucedidos na área do antigo Ministério da Educação e Cultura. Damos-lhe o número 44 para expressar uma proposta de continuidade. Estampamos na capa a mesma foto – um Machado de Assis jovem, de barba gloriosamente inculta – que figurou na capa do primeiro número, antes de executado o elegante projeto gráfico de Tomás Santa Rosa Jr., a partir do número 2, que se tornaria marca registrada da publicação. A nova *Revista do Livro* pretende ser fiel ao padrão de qualidade de sua primeira fase. Algumas mudanças de forma e conteúdo se fizeram necessárias para adaptá-la à realidade de nosso tempo. Mantivemos o mesmo formato mas a concepção gráfica mudou. Tornou-se, também, menos “literária” em relação ao seu paradigma. A extraordinária expansão do mercado editorial brasileiro nas três últimas décadas não poderia deixar de refletir numa publicação que trata de livros como a nossa. Abrimos espaço, da mesma forma, para a ciência da informação, levando em conta a importância cada vez maior que as bibliotecas públicas assumem na nossa sociedade. A produção acadêmica brasileira, que aumentou em quantidade e qualidade, estará também mais representada na atual *Revista do Livro*.²⁸

A retomada do projeto da revista significa também a retomada de um projeto de *cultura nacional*, tributário ao anterior. Menos literária, afinal a literatura já perdeu a sua majestade há tempos,²⁹ mas com o mesmo paradigma. A recuperação do projeto torna-se bastante interessante se percebemos o movimento dentro da revista da noção de cultura. O primeiro número publicado depois do decreto do AI-5 aprofunda ainda mais essas questões, fazendo publicar o texto que regulamenta a criação do Dia Nacional da Cultura e da Ciência.³⁰ Criado em 15 de maio de 1970, através da lei nº 5.579, o dia da Cultura e da Ciência foi instituído no dia 5 de novembro, data natalícia de Rui Barbosa. O texto prevê a normalização das diretrizes para divulgação da vida e da obra do conselheiro, principalmente nos estabelecimentos de ensino do país.

²⁸ “Editorial”. In: *Revista do Livro*, n.º 44, 2002, p. 3.

²⁹ João Adolfo Hansen, em sua fala para *Pra falar das flores*, afirma categoricamente “que até o fim da década de 1960 era a literatura que dava o tom da cultura, num pingue-pongue dos críticos profissionais que ainda existiam e escreviam na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro”, p. 71.

³⁰ Mais um dos sintomas do processo de transformação do sistema educacional brasileiro de vertente humanista para uma vertente tecnicista. O dia da cultura é o dia da ciência. In: *Revista do Livro*, n.º 41, 1970, p. 141.

Porém, o clima de instabilidade intelectual e de diretrizes na revista que culminou com a suspensão da publicação pode ser exemplificado com a miscelânea de textos publicados nesse número 41. Nas páginas anteriores ao texto legal do Dia da Cultura e da Ciência, publicou-se uma entrevista com ninguém menos que Clarice Lispector, intitulada: “Eu não sou um monstro sagrado”, em uma tentativa de esvaziar o mito e também a própria noção de autor. Mais interessante ainda notar que o número 41 é dedicado ao gênero “romance policial”, considerado por alguns um gênero de literatura menor, segundo a revista. Se o projeto é instituir a *alta cultura nacional*, a revista vai na sua própria contramão, estampando na casa uma reprodução de Sherlock Holmes, tratando de romance policial, uma das formas mais “populares” de literatura. Esses paradoxos se aprofundam no número seguinte, 42, do terceiro trimestre de 1970, no qual a revista é apresentada como um instrumento de difusão da alta cultura nacional e traz, como primeiro texto, “A retórica do Samba-enredo”. É importante notar, contudo, que, apesar de haver a tensão, o aprofundamento do paradoxo não é tão radical assim, afinal, o “popular” que a revista apresenta é o romance policial, o samba-enredo. Ou seja, dentro ainda de uma esfera da alta cultura, uma vez que são eleitos, para a análise, os samba-enredos com temática determinada: *Aquarela Brasileira, História do Brasil, O Mundo Maravilhoso de Monteiro Lobato*, dentro outros sambas citados. A música que aparece não é o samba do morro, do malandro, não é o samba de cartola:

Tempos idos

Os tempos idos
Nunca esquecidos
Trazem saudades ao recordar
É com tristeza que eu relembro
Coisas remotas que não vêm mais
Uma escola na Praça Onze
Testemunha ocular
E junto dela balança
Onde os malandros iam sambar
Depois, aos poucos, o nosso samba
Sem sentirmos se aprimorou
Pelos salões da sociedade
Sem cerimônia ele entrou
Já não pertence mais à Praça
Já não é mais o samba de terreiro
Vitorioso ele partiu para o estrangeiro
E muito bem representado
Por inspiração de geniais artistas
O nosso samba, humilde samba
Foi de conquistas em conquistas
Conseguiu penetrar o Municipal
Depois de atravessar todo o universo

Com a mesma roupagem que saiu daqui
Exibiu-se para a duquesa de Kent no Itamaraty³¹

O samba da Revista do Livro é esse samba abocanhado pelo mercado, transvestido de requinte social do Municipal, enobrecido com a duquesa. Ou seja, é o samba que a alta cultura aceita como uma alternativa para seus projetos de nacionalização da cultura, de domesticação das massas, como parte de um projeto de desenvolvimento nacional. É preciso qualificar o samba, é preciso valorar o samba. É preciso vender o samba.

Pensar como o mercado age nas discussões que tento estabelecer é fundamental, pois dentro da ideia de nacionalização da cultura há embutida uma proposta de mercantilização da arte e da cultura, à qual a contracultura irá insurgir. É *com o advento da televisão*³² que a burrice, ou melhor, a mercantilização da cultura se consagrou.

Até esse ponto, o que parecia mais evidente nas diferentes definições de cultura no Brasil, nas diferentes políticas culturais, torna-se ainda mais difuso. Se até aqui falar da literatura era falar da cultura letrada, se até aqui “a cultura resultava da existência [...] desses dois polos, o popular e o erudito, que ocupam lugares distintos e excludentes no cenário brasileiro”,³³ a mercantilização, ou melhor, a industrialização – ainda que tardia – da cultura brasileira torna a discussão muito mais complexa.

Os contornos da reflexão acerca da cultura emaranham-se com a expansão da massificação da cultura e com o novo domínio dos espaços de disseminação cultural ocupados pelas mídias e pelos mercados de bens simbólicos iniciada em meados dos anos 1960 no Brasil. A consolidação desses novos paradigmas se dá nos anos 70, com o fortalecimento da indústria das telecomunicações, com o apoio do capital da Time-Life, empresa norte-americana, à TV Globo, com o surgimento da EMBRATEL como aponta Borelli, em seu breve ensaio “Cultura Brasileira”. Somando a esses processos, o enfraquecimento da intelectualidade brasileira causado pelo AI-5 fez com que a Revista do Livro fosse suspensa, sem sequer aviso prévio. O número 43, também de 1970, não traz nenhuma menção quanto ao seu encerramento, o que deixa a entender que o corte fora abrupto.

Tem-se, portanto, uma mudança do foco das políticas culturais estatais. Sai de campo a cultura letrada, o refinamento e valorização do nacional, entra em pauta a indústria, o consumo. Naturalmente, a troca não foi imediata, o processo de industrialização da cultura e do esvaziamento da cultura letrada há tempos ocorria. Durante as décadas de 1960 e 70

³¹ CARTOLA, *Tempos Idos*. In: *Fala Mangueira*, 1968.

³² Tom Zé, “sabor da burrice”.

³³ Borelli. *Cultura Brasileira: Exclusões e simbioses*, p. 54.

houve apenas uma radicalização da troca. Ou melhor, mudaram os campos e os diálogos entre as culturas – popular, erudita, de massa, alta, baixa, biscoito fino, geleia geral ou mel do melhor. As diferentes relações foram bem observadas por Borelli, ao propor as simbioses nos processos culturais brasileiros, dentre outras:

a tropicália, que se fundamenta na troca simbiótica que seus proponentes constroem com três segmentos constitutivos do campo cultural: a esfera culta, por meio do diálogo com a poesia concreta e as tendências do movimento concretista; a cultura de massa, pela inserção no mercado fonográfico e pela estreita relação estabelecida com diferentes mídias (imprensa, radiofônica, televisiva, editorial); e as manifestações populares, por meio da incorporação das tradições baianas e de outras expressões de variados regionalismos.³⁴

A autora sintetiza a simbiose da produção artística dos anos 1960 e 70 de maneira pontual. É a geleia geral da cultura culta, do mercado e do pop. Não me sinto muito confortável com a ligação tão estreita entre a tropicália³⁵ e a poesia concreta, nem com o pop e o regionalismo, porém, as esferas de atuação são essas três. O que importa notar é como a produção em foco mescla os três segmentos – com muitos outros ainda não compreendidos ou estabelecidos – como faz com muita pertinência Hansen:

No fim dos anos 60, o tropicalismo havia acontecido. O tropicalismo sabia que a forma artística é histórica e enfrentou a questão de frente. A principal característica desse movimento foi incorporar a estrutura dos modernos meios técnicos de comunicação na forma, para representar com as incongruências de meio / forma / conteúdos os arcaísmos que a modernização do país produzia e mantinha à força da repressão de das mortes. Ocorria no tropicalismo uma desierarquização da cultura. A grande arte era citada, mas refluía, pois a coisa barata de massa também passava a interessar, porque não era totalmente kitsch ou só de massa, nela agora havia outra coisa e era dissonante.³⁶

Dissonante como o violino de Mautner tocando Kaos. Dissonante como os Babilasques de Waly Salomão. Dissonante como a Geleia Geral, de Torquato Neto:

Um poeta desfolha a bandeira
E a manhã tropical se inicia

³⁴ Borelli. *Cultura Brasileira: Exclusões e simbioses*, p. 57.

³⁵ Permito-me uma longa nota: E me sinto ainda menos confortável com a ideia de que a arte “alternativa” das décadas de 1960 e 70 seja “apenas” a tropicália. Não podemos recair no erro dual de achar que há o bem e o mal, que a industrialização é o monstro a ser combatido por nossos heróis nacionais Caetano, Gil, Tom Zé, Tupi... Uma alternativa para pensar a arte e a cultura do período é através da tragédia, como muito bem o faz Beatriz de Moraes Vieira, ao falar das desavenças entre Torquato Neto e grupo da tropicália: “quando de sua desavença [desavença de Torquato] com o tropicalismo, definira o movimento como 'a ausência de consciência da tragédia em plena tragédia', o que significava ter uma visão peculiar da experiência histórica em curso, tornando-o incompreendido por sua concepção incomum ou, ao menos, 'adiantada' em relação aos que com ele se afinaram.” (*Torquato Neto, o cogito e os dentes*, p. 25). Vieira retoma Roberto Vecchi para afirmar que há uma tragicidade – no sentido goethiano de um conflito inconciliável, no sentido de Torquato, de um homem na medida do impossível – que permanece como resíduo nos tecidos literários brasileiros. Olhar novamente para esse trágico pode ser uma estratégia muito pertinente de leitura para compreender a vasta e complexa produção do período.

³⁶ Hansen, *Pra falar das flores*, p. 73.

Resplendente, cadente, fagueira
Num calor girassol com alegria
Na geleia geral brasileira
Que o "Jornal do Brasil" anuncia
É, bumba-yê-yê-boi
Ano que vem, mês que foi
É, bumba-yê-yê-yê
É a mesma dança, meu boi
A alegria é a prova dos nove
E a tristeza é teu porto seguro
Minha terra é onde o sol é mais limpo
E Mangueira é onde o samba é mais puro
Tumbadora na selva-selvagem
Pindorama, país do futuro
[...]
É a mesma dança na sala
No Canecão, na TV
E quem não dança não fala
Assiste a tudo e se cala
Não vê no meio da sala
As relíquias do Brasil:
Doce mulata malvada
Um LP de Sinatra
Maracujá, mês de abril
Santo barroco baiano
Superpoder de paisano
Formiplac e céu de anil
Três destaques da Portela
Carne-seca na janela
Alguém que chora por mim
Um carnaval de verdade
Hospitaleira amizade
Brutalidade jardim
[...]
Plurialva, contente e brejeira
Miss linda Brasil diz "bom dia"
E outra moça também Carolina
Da janela examina a folia
Salve o lindo pendão dos seus olhos
E a saúde que o olhar irradia
[...]
Um poeta desfolha a bandeira
E eu me sinto melhor colorido
Pego um jato, viajo, arrebento
Com o roteiro do sexto sentido
Voz do morro, pilão de concreto
Tropicália, bananas ao vento
[...]

A manhã tropical que se inicia, coberta pelo jornal, no Canecão, na TV. Um maracujá, um LP do Sinatra, mês de abril. É santo, barroco e baiano. Diante do Kaos, a reação estatal foi abrir as comportas do mercado e defender não mais a alta cultura – como vimos na Revista do Livro – e sim a cultura do mercado, a TV Globo. Não que esse apoio fosse uma clara política cultural estatal, mas são políticas econômicas de trocas culturais, as baixas taxas de importação de produtos culturais norte-americanos que minaram a produção cinematográfica brasileira frente à censura às outras propostas para a cultura.

Essa foi a grande sacada dessa produção em foco dos anos 1960 e 70, saber lidar com o alto, baixo, vil, sujo, ouro – inclusive o dos tolos – tudo ao mesmo tempo. Ser poeta, músico, ator de si próprio. Ser navegador de luas, medula e osso. Ser ao mesmo tempo o “superbacana / superhomem / superflit / superfink / superist / [como] estilhaços sobre Copacabana / [...] [sem] nada no bolso ou nas mãos”³⁷.

Referências Bibliográficas

- Borelli, Silvia H. Simões. *Cultura Brasileira: exclusões e simbioses*. In: **Anos 70: trajetórias**. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2005. [53 – 57].
- Bosi, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Veloso, Caetano. “Superbacana”, In: *Caetano Veloso*. Rio de Janeiro: Universal Records, 1968. 1 disco, faixa 1, lado B.
- Cartola, Odete Amaral, Clementina De Jesus, Nelson Cavaquinho e Carlos Cachça. *Fala Mangueira*. Rio de Janeiro: Odeon, 1968. 1 disco, faixa 1, lado A.
- Chacal, “América”, *Belvedere [1971 – 2007]*. São Paulo: Cosac Naify; Rio de Janeiro: 7Letras, Coleção Ás de Colete – 18, 2007.
- Eagleton, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: EdUNESP, 2004.
- Gomes, Renato Cordeiro. “Intelectuais e a cidade das letras”. In: Margato, I, Gomes, R. C. (org.) *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte, EdUFMG, 2004.
- Hansen, João Adolfo. “Pra falar das flores”. In: *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2005, p.71-76.
- Neto, Torquato. “Geleia Geral”. In: *Tropicália ou Panis et Circencis*. São Paulo: RGE, 1968. 1 disco, faixa 6, lado A.
- _____. *Últimos dias de paupéria*. Org. Waly Salomão. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca, 1973.
- Pereira, José Renato Santos. “Depoimento”. In: *Revista do Livro*, v. 01, n. 1-2, Rio de Janeiro: INL, 1956, p.03-04.
- REVISTA DO LIVRO*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, n.º 01 – 43. 1956 – 1970. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Livro, Fundação Biblioteca Nacional, n.º 44 – 54. 2002 – 2011.

³⁷ Caetano Veloso. *Superbacana*, 1968.

Roszak, Theodore. “Os filhos da Tecnocracia”. In: *A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 15-53.

Salgado, Clóvis. [Ministro]. “Abertura”. In: *Revista do Livro*, v. 1, n.º 1-2. Rio de Janeiro: INL. 1956, p. 02.

Souza, José Galante. “Machado de Assis, Censor Dramático”. In: *Revista do Livro*, n. 3 / 4, dez. Rio de Janeiro: INL.1956, p. 83-92.

Tom Zé, *Grande liquidação*. Pernambuco, Rozemblit, 1968. 1 disco, faixa 6, lado B.

Vieira, Beatriz de Moraes. “Torquato Neto, o cogito e os dentes”. In: Pedrosa, Célia e Alves, Ida (orgs.). *Subjetividades em devir*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 24-32.

Williams, Raymond. *Palavras-Chave*. São Paulo: Boitempo, 2007.